

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

HELEN REGINA FERNANDES

Práticas pedagógicas na perspectiva da educação antirracista: como as ações pedagógicas contribuem para a superação do racismo estrutural na educação infantil?

São Paulo

2024

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

Práticas pedagógicas na perspectiva da educação antirracista: como as ações pedagógicas contribuem para a superação do racismo estrutural na educação infantil?

Helen Fernandes

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Estudos Latino-americanos Sobre Cultura e Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Calado

São Paulo

2024

AGRADECIMENTOS

Eu sou o sonho dos meus pais, que eram sonhos
dos avós

Que eram sonhos dos meus ancestrais.

Emicida e Nave Beatz

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu filho Ben, pois a sua existência trouxe luz aos meus dias, despertando a força necessária para perseguir os meus sonhos, deixando para ele o legado de um mundo melhor.

À todas as crianças que passaram pelos meus caminhos, deixando muitas marcas, sorrisos e aprendizagens nas andanças e aventuras educacionais.

Ao meu companheiro de vida Felipe, por ter sido colo e apoio para os meus passos, segurando firme a minha mão durante esse percurso, para que, diante dos desafios, eu não desistisse.

Aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e se esforçaram por toda vida para que eu chegasse a este lugar, que para eles não foi permitido. Esse sonho também é de vocês!

Gratidão à professora Glória, que me conduziu com afeto e paciência, guiando-me por esses caminhos tortuosos e cheios de obstáculos que são a jornada acadêmica. Por fim, agradeço também a todos os professores e colegas de turma que me acompanharam durante este processo, tornando-se um verdadeiro quilombo!

Práticas pedagógicas na perspectiva da educação antirracista: como as ações pedagógicas contribuem para a superação do racismo estrutural na educação infantil?

Helen Fernandes¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo tecer reflexões sobre as ações pedagógicas antirracistas na educação infantil, problematizando os impactos do racismo estrutural na primeira infância, buscando compreender: quais os desafios e as possibilidades de práticas antirracistas no desenvolvimento de crianças pequenas? Abordaremos essa questão a partir do pensamento de Bento (2012b), Cavalleiro (2012), Gomes; Araújo (2023) e Oliveira (2021). Propomos a análise das principais documentações que subsidiam as ações antirracistas na escola da infância e também de uma experiência pedagógica antirracista desenvolvida com crianças de 4 a 6 anos, em uma escola de educação infantil no município de São Paulo. Os resultados da pesquisa apontam que as ações pedagógicas de profissionais comprometidas com a mudança social são ferramentas importantes no combate ao racismo na educação infantil.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Educação Infantil. Racismo. Educação Antirracista. Infância.

ABSTRACT

This article focuses on reflecting on anti-racist pedagogical actions in Early Childhood Education, problematizing the impacts of structural racism in early childhood, seeking to understand: What are the challenges and possibilities of anti-racist practices in the development of such young children? We will address this issue based on the thoughts of Bento (2012b), Cavalleiro (2012), Gomes; Araújo (2023) and Oliveira (2021). We propose the analysis of the main documentation that supports anti-racist actions in children's schools and also an anti-racist pedagogical experience developed with children aged 4 to 6, at an Early Childhood Education School in the city of São Paulo. The research results indicate that the pedagogical actions of

¹ Pós-graduando em Cultura e Educação para as Relações Étnico Raciais.

professionals committed to social change are important tools in combating racism in Early Childhood Education.

Keywords: Pedagogical practices. Child Education. Racism. Anti-Racist Education. Infancy.

RESUMEN

Este artículo se centra en reflexionar sobre las acciones pedagógicas antirracistas en Educación Infantil, problematizando los impactos del racismo estructural en la primera infancia, buscando comprender: ¿Cuáles son los desafíos y posibilidades de las prácticas antirracistas en el desarrollo de niños tan pequeños? Abordaremos esta cuestión a partir del pensamiento de Bento (2012b), Cavalleiro (2012), Gomes; Araújo (2023) y Oliveira (2021). Proponemos el análisis de la principal documentación que sustenta las acciones antirracistas en las escuelas infantiles y también una experiencia pedagógica antirracista desarrollada con niños de 4 a 6 años, en una Escuela de Educación Infantil de la ciudad de São Paulo. Los resultados de la investigación indican que las acciones pedagógicas de profesionales comprometidos con el cambio social son herramientas importantes en el combate al racismo en la Educación Infantil.

Palabras clave: Prácticas pedagógicas. Educación Infantil. Racismo. Educación Antirracista. Infancia.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentaremos um panorama geral sobre práticas antirracistas na infância, refletindo sobre sua importância e articulação com a inserção da LDB, alterada pela lei 10.639/03 (Brasil, 2003) e as possibilidades e desafios das educadoras em sistematizar propostas que colaborem com a implementação da história e cultura africana nos currículos da educação infantil. Discute-se sobre o fato de que crianças, desde a mais tenra idade, assimilam o racismo estrutural por meio das interações sociais. Partindo desse pressuposto, esta pesquisa buscou investigar se podem as ações antirracistas modificar as percepções infantis sobre o racismo.

Desde o sancionamento da lei 10.639/03, que alterou a maior legislação educacional brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatória a inserção do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos de todas as instituições de ensino, os olhares se voltaram para o racismo no ambiente escolar e para a cobrança de um currículo em que a participação do povo negro, assim como sua história e cultura fossem considerados, rompendo com a visão única de mundo, baseada num modelo hegemônico e eurocêntrico. Como mencionado no documento *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*: “A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003.” (Brasil, 2004, p. 11).

Kabengele Munanga (2023), em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, no ano de 2023, considera que o racismo está presente em toda a dinâmica cultural brasileira, perpassa todos os espaços e o inconsciente coletivo. Sendo a escola uma microestrutura da sociedade, em seu interior, ainda sustenta teorias racistas, perpetuando o racismo estrutural por meio de seus currículos. Para ele, existem três importantes ações para a superação do racismo: as leis, a educação com viés antirracista e as políticas afirmativas.

Mas as leis, embora existam, só atingem práticas racistas observáveis. Os preconceitos que são introjetados pela educação e estão na cabeça das pessoas elas não atingem. Só a educação pode transformar esses nuances que o racismo criou. Nesse sentido, a educação é um instrumento de luta contra o preconceito (Munanga, 2023.)

Portanto consideramos que a elaboração de ações antirracistas é de extrema importância, sobretudo na infância, momento tão fecundo da vida em que as crianças estão construindo suas

primeiras relações sociais, formando suas percepções sobre o funcionamento do mundo, construindo suas subjetividades, ávidas por conhecer e explorar o mundo e são nessas interações com o meio social que elas engendram seus primeiros conhecimentos.

Desde o nascimento, bebês e crianças são expostos a um contexto social que, em sua gênese, é racista, portanto, se quisermos efetivamente promover mudanças na sociedade e combater o racismo, é necessário um olhar atento para o começo da vida. Como a reflexão de Silva Jr, (2011), citada por Bento (2012) para reafirmar a relevância dessas primeiras relações:

[...] a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, cooperação, solidariedade, responsabilidade. Esse processo de formação da identidade, tão fundamental na experiência humana, quase não é abordado pelos estudiosos das relações raciais, na primeira infância (Silva Jr, 2011 *apud* Bento, 2012b, p. 100).

2 OS IMPACTOS DO RACISMO ESTRUTURAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Entendemos que o racismo é um problema enraizado na sociedade brasileira, provocando um abismo entre ser criança negra e branca em nosso país, gerando impactos negativos no desenvolvimento das crianças negras, e também das crianças brancas ao cristalizarem a ideia de superioridade. Partimos da ideia de que crianças, desde bem pequenas, são capazes de perceber as diferenças raciais e reproduzem esses comportamentos racistas na interação com os seus pares, como demonstraram Cavalleiro (2012) e Bento (2012b) em seus trabalhos desenvolvidos com o foco na primeira infância. Diante desses dados, elaboramos alguns questionamentos: podem as práticas pedagógicas antirracistas mudar a interpretação das crianças, tendo em vista que suas percepções já foram construídas sobre as bases fundantes do racismo estrutural?

Para conduzir os estudos, nos baseamos no conceito de racismo estrutural, de Dennis de Oliveira (2021), que traduz o racismo como uma característica sistêmica do meio social, reproduzido em todas as esferas e relações sociais, tornando-se uma máquina que retroalimenta as bases econômicas do modelo capitalista. Dessa forma, não pode ser considerado fruto de má conduta individual, mas parte de um todo, de uma política de funcionamento, que perpetua desigualdades. Um exemplo desse fenômeno social, que evidencia a desigualdade entre

crianças brancas e negras é a cena relatada por Oliveira (2023) em um artigo para o blog Dandara Editora:

Exemplificando: o racismo estrutural se manifesta quando se vê crianças brancas saindo de uma escola paga de alto padrão e poucos metros à frente se vê crianças negras vendendo doces para ajudar no sustento das suas famílias. Institucionalmente, todas são crianças e têm o “direito” de usufruir os direitos da infância. Mas o que vai ocorrer é essa “seletividade” no usufruto dos direitos que, ao contrário do que [...] não é um *não funcionamento* da estrutura, mas a sua lógica funcionando plenamente (Oliveira, 2023, grifo do autor).

Neste artigo, buscamos refletir sobre o papel da escola frente a essas demandas sociais e, nesse caso específico, a atuação docente na elaboração de propostas antirracistas. Munanga (2005), um dos principais pensadores acerca do racismo na cultura brasileira, afirma que o primeiro passo para vencer essa injustiça social é o seu reconhecimento, para depois tratarmos de suas consequências no ambiente escolar. Segundo o autor, no Brasil, ainda vivemos em negação, “[...] não existem barreiras sociais baseadas na existência da nossa diversidade étnica e racial, podemos então enfrentar o segundo desafio de como inventar as estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo” (Munanga, 2005, p. 18).

Ao pensar especificamente na primeira infância, um marco teórico importante é a pesquisa-denúncia de Eliane Cavalleiro (2012), que, apesar de ter mais de 25 anos, traz contribuições relevantes para pensarmos a articulação entre o racismo estrutural e suas marcas na educação infantil na atualidade. A autora expõe a existência das desigualdades raciais no ambiente escolar, capturando cenas do cotidiano que mostram a performance do racismo na escola da infância. Ainda que as professoras afirmassem não haver preconceito no ambiente escolar: “Deve ser uma barra muito grande que o negro segura, porque né... na sociedade sempre existe isso (racismo), mas na escola não” (Cavalleiro, 2012, p. 49).

Cavalleiro (2012) constatou em seu trabalho diferenças de tratamento entre crianças de diferentes grupos étnicos, falas que reforçavam os estereótipos contra o corpo negro, relacionando aparência das crianças negras a sujeira e feiura e até mesmo contabilizou a quantidade de vezes que as crianças brancas recebiam afagos e elogios, enquanto crianças negras eram vítimas de ações discriminatórias. Vejamos uma cena relatada por uma das crianças:

Segundo ela as crianças a xingam: ‘... de preta que não toma banho. Só porque eu sou preta elas falam que eu não tomo banho. Ficam me xingando de preta cor de carvão. Ela me xingou de preta fedida. Eu contei para a professora e ela não fez nada’ (Cavalleiro, 2012, p. 52).

A situação mencionada comprova a existência de atitudes racistas no contexto escolar, revelando que as instituições de educação infantil ignoram esse problema social entre as crianças, considerando que as ofensas contra crianças negras são apenas “brincadeiras infantis”. Como aponta Cavalleiro (2012, p. 98.), “O silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola.” Esse pensamento se articula com o conceito de racismo estrutural de Oliveira (2021), para quem as ações individuais são um dos efeitos colaterais desse problema crônico que persiste na sociedade brasileira desde os tempos sombrios da escravidão, atravessando todas as esferas sociais, presente nas instituições e nas relações interpessoais.

Nas últimas décadas, muitos foram os avanços na luta antirracista orquestrados pelo movimento negro, em que se ampliou a gama de intelectuais interessados na discussão sobre os impactos do racismo na infância, tomando como parâmetro a relevância dessa etapa inicial da vida, problematizando o quão traumático pode ser a inserção das crianças num seio social marcado pelo racismo e profundas desigualdades. Contudo, se por um lado avançamos na criação de políticas educacionais, como a lei 10.639/03, produções acadêmicas e materiais didáticos que reverberaram em importantes contribuições para o campo da educação para as relações étnico raciais; por outro, ainda temos o grande desafio de transpor barreiras estruturais que mantêm ações de racismo, preconceito, discriminação racial e o seu silenciamento nas instituições para a infância. Desse modo, a violência racial precisa ser problematizada e combatida cotidianamente, como demonstra o caso de racismo sofrido por uma criança negra de três anos, numa creche da rede parceira do município de São Paulo. Segundo o relato da mãe da criança, a escola solicitou que as crianças fossem fantasiadas para a celebração dos aniversariantes, ela conta que comprou uma roupa de palhaço para a sua, mas, ao receber os registros fotográficos do evento, ficou perplexa, ao ver o seu filho fantasiado de macaco e exposto na festividade como uma atração circense. Na ocasião, Stephanie, a mãe do menino, denunciou o episódio, que ganhou notoriedade na mídia e foi publicado no site do Geledés: “foi uma atividade para todas as crianças. Por que escolher meu filho para ser o macaco? Por que uma criança preta, sendo que ele já estava com roupa de palhaço? Toda vez que falo [sobre o assunto], já começo a tremer” (Pinhoni, 2022).

A situação apresentada promove uma importante reflexão sobre as práticas pedagógicas e os seus impactos na educação de crianças na etapa da primeira infância. Como romper com estruturas raciais tão enraizadas no contexto escolar, considerando que a educação infantil é a fase de maior janela de aprendizagem do ser humano e que também culmina no momento da

formação identitária das crianças? Bento (2012b), em sua investigação com foco na identificação racial em crianças pequenas, revela que a partir dos três anos as crianças constroem sua identidade racial e são capazes de perceber a diferença entre ser criança branca e negra, também destacou que crianças negras desejam ter pele e cabelo diferentes, enquanto as crianças brancas estão satisfeitas com os seus atributos físicos:

muito cedo elementos da identidade racial emergem na vida das crianças; diferentes autores, destacam que, entre 3 e 5 anos a criança já percebe a diferença racial e, ao percebê-la, interpreta e hierarquiza; crianças pequenas são particularmente atentas ao que é socialmente valorizado ou desvalorizado, percebendo rapidamente o fenótipo que mais agrada e aquele que não é bem aceito (Bento, 2012b, p. 101).

Portanto, é urgente que a escola repense o seu currículo, considerando que as ações pedagógicas nessa etapa da vida moldam o pensamento infantil, afetam diretamente a construção da subjetividade e acentuam as desigualdades sociais e raciais entre crianças negras e brancas.

Adotar os parâmetros de ações pedagógicas numa perspectiva antirracista é compreender sua função social no combate ao racismo estrutural. Conforme Cavalleiro (2012), é preciso fazer falarem os silêncios que ainda permeiam as relações raciais na educação infantil, passo fundamental para a construção de uma sociedade pautada na justiça e na equidade racial, garantindo o desenvolvimento pleno de todas as crianças.

A raça atravessa e participa da formação das infâncias e, infelizmente, nem sempre como parte do fascinante processo da diversidade humana, mas como um peso, como marca de inferioridade. E é isso que precisamos superar. A educação, de maneira geral, e a Educação Infantil, em específico têm um papel relevante neste processo (Araújo; Gomes, 2023, p. 18).

3 DESAFIOS DA PROFESSORA DA INFÂNCIA NA LUTA ANTIRRACISTA

As pesquisas que relacionaram práticas pedagógicas com o combate ao racismo, como Dias (2007), Duarte (2010), concordam que parte do problema da implementação do currículo antirracista é a falta de formação inicial e continuada das professoras, a predominância do mito da democracia racial e a romantização que paira sobre o período da infância, acreditando que crianças não compreendem o racismo que estrutura todas as nossas relações sociais. Como foi relatado na pesquisa: *O estado da arte das pesquisas sobre antirracismo na Educação Infantil (2013-2021)*, de Barros, Souza e Euclides (2022, p. 12):

É preciso termos iniciativas no sentido de incentivar, facilitar e promover o combate ao racismo nas instituições escolares, começando pela formação de professores inicial e continuada, com a produção de materiais didáticos, palestras, livros, cursos e toda forma de promoção de práticas antirracistas adequadas para cada idade.

Evidentemente, aqui se instaura o grande desafio das educadoras que desejam consolidar ações antirracistas em suas práticas. Como propor ações que representem os saberes, a cultura negra em uma perspectiva valorativa do povo africano e afro-brasileiro? Não podemos desconsiderar que professoras também foram ensinadas dentro de uma sociedade racializada, ou seja, o constructo social de raça naturaliza o racismo e preconceito contra as pessoas negras, enquanto garante privilégios para os sujeitos brancos. Portanto, ao propor às crianças vivências antirracistas, as educadoras precisam confrontar os modelos de inferiorização, subalternidade e depreciação pelos quais foram moldadas na infância. Como elucida Djamilia Ribeiro (2019) em *O pequeno manual antirracista*:

Quando criança fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior, nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e “aceitou” a escravidão sem resistência, também me contaram que a Princesa Isabel havia sido sua grande redentora (Ribeiro, 2019, p. 7, grifo da autora).

Nesse sentido, quando compreendem a fundo as nuances do racismo estrutural e os seus desdobramentos na infância, as educadoras transformam-se em agentes da mudança. Ao incluir em seus planejamentos ações na perspectiva antirracista, elas assumem um lugar central de principais articuladoras da luta antirracista, transpondo as barreiras entre o conhecimento acadêmico, as políticas legais, para efetivamente produzir mudanças nas interpretações infantis. Sobre isso, Pinheiro (2023) afirma: “O educador, a educadora antirracista é, acima de tudo, uma pessoa consciente de si, dentro dos sistemas de opressão que estruturam a nossa sociedade” (Pinheiro, 2023, p. 145).

Isso implica descolonizar o olhar, aprender novas estratégias educativas, em que outras epistemes são incorporadas, uma prática antirracista começa na tomada de consciência e se dissolve ao longo do ano letivo, no desenvolvimento de ações pedagógicas que valorizem, acolham e respeitem as diversidades étnicas. Conforme Cavalleiro (2001), no livro *Racismo e antirracismo na educação*.

A educação anti-racista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a realização de um trabalho que possibilite o conhecimento respeitoso das diferenças raciais [...]. É condição para a realização de uma

educação anti-racista o reconhecimento da diversidade presente nas escolas somado ao compromisso por parte dos educadores (Cavalleiro, 2001, p. 149).

4 O CURRÍCULO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A INSERÇÃO DA ALTERAÇÃO DA LDB PELA LEI 10.639/03

Para a materialização de uma prática pedagógica que dialogue com os princípios de uma educação antirracista é extremamente importante construir novos alicerces sob o fundamento da legislação de âmbito federal 10.639/03. A referida lei foi fruto de anos de luta e reivindicação do movimento negro, que sempre pautou o direito do povo negro a educação, e em sua regulamentação, alterou a maior legislação nacional sobre os preceitos educacionais a LDB. Como sustenta Gomes, (2017, p. 20) “[...] conseguimos construir, a partir de 2003, políticas públicas de igualdade racial, bem como inserir o recorte étnico-racial – não sem resistências – nas várias políticas sociais existentes”, em função da relevância dessa conquista histórica por meio da implementação da lei, que determina:

Art. 1o A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26- A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003).

Destacamos aqui um ponto importante para reflexão, o texto da lei não apresenta a etapa da educação infantil, evidenciando uma invisibilização da categoria infância em nossa sociedade, reforçando o pensamento do senso comum, que coloca criança como sujeito de menor importância, um eterno “vir a ser”, afinal só atingirá seu pleno desenvolvimento na fase adulta da vida. Contudo, o início da vida, etapa fundamental do desenvolvimento do ser humano, em que as principais bases formativas acontecem, palco das primeiras relações sociais, nascedouro do pensamento, não recebe a atenção merecida nas pautas raciais: “Não por acaso, essa lei se restringe especificamente às escolas de ensino fundamental e médio: a educação infantil foi excluída: trata-se de desenlace de longo percurso histórico” (Rosemberg, 2012, p. 33).

Apesar disso, ressaltamos que a lei foi um marco importante, pois gerou pressão social e respaldo para a inserção dos temas referentes à cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, tornando-se uma ferramenta de combate ao racismo estrutural.

Ainda assim, é necessário salientar que, apesar de vigente há mais de 20 anos, pesquisas apontam que é tímida a elaboração de propostas pedagógicas que rompam com os modelos vigentes, uma perspectiva eurocêntrica e hegemônica continua a ser perpetuada nos currículos escolares. A inserção da referida lei continua a ocorrer em ações pontuais de profissionais comprometidas com a luta antirracista, outras abrangem o tema apenas em eventos específicos, não produzindo mudanças efetivas e garantindo aprendizagens significativas, principalmente para o público da educação infantil. Nesse sentido, vejamos o que afirma o estudo realizado pelo instituto Geledés Instituto da Mulher Negra e o Instituto Alana no ano de 2023, com a participação de 1.187 secretarias municipais de educação: a maioria das secretarias (71%) realiza pouca ou nenhuma ação para a efetividade da lei que há 20 anos obriga o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Apenas 29% das secretarias realizam ações consistentes e perenes para garantir a implementação da lei (Geledés Instituto da Mulher Negra; Instituto Alana, 2023).

Diante disso, reforçamos a importância do desenvolvimento desta pesquisa, que pode subsidiar novas ações e políticas pedagógicas, contribuindo para o combate ao racismo estrutural desde a primeira infância, fomentando experiências pedagógicas antirracistas que valorizem a cultura africana e afro-brasileira durante todo o ano letivo.

Apresentamos a seguir um quadro síntese da análise de alguns documentos que subsidiam as ações antirracistas em âmbito federal e municipal, entre eles: a LDB – alterada pela 10.639/03 (Brasil, 2003), *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana* (Brasil, 2004), *Indicadores de qualidade da educação infantil paulistana* (São Paulo, 2016) e o mais recente *Currículo da cidade: educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros: versão atualizada*. Refletimos sobre como tais documentos contribuem para a inserção de ações pedagógicas antirracistas na educação infantil e a implementação da 10.639/03 nos currículos da infância.

Quadro 1 – Análise de alguns documentos que subsidiam as ações antirracistas em âmbito federal e municipal

TÍTULO	ANO	OBJETIVO	ANÁLISE
Alteração da LDB por meio da implementação da lei 10.639/03	2003	Inserir a história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares das instituições de ensino públicas e privadas	Fundamenta a elaboração de ações antirracistas, tornando obrigatório no ambiente escolar em todas as etapas a formulação de práticas que apresentem referências do povo negro, incluindo de forma positiva, reconhecendo e valorizando a cultura e a história africana, efetivando ações contra o racismo.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana	2004	Orientam a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir.	Tem caráter mandatório, regulamenta e institui parâmetros nacionais para a educação das relações étnico-raciais.
Indicadores de qualidade da educação infantil paulistana Dimensão analisada: Relações étnico-raciais e de gênero	2015	Avaliar e acompanhar as ações pedagógicas desenvolvidas nas escolas da infância do município de São Paulo.	Avaliação anual que ocorre nas escolas de educação infantil do município de SP, propõe um movimento formativo e reflexivo sobre as práticas escolares com a participação de toda comunidade escolar. Um ponto a ser verificado é como sistematizam o acompanhamento desta autoavaliação. Abrange perguntas reflexivas que auxiliam e colaboram com uma reflexão crítica e aprofundada sobre as práticas na perspectiva antirracista.
Currículo da cidade: educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros: versão atualizada	2022	Fomentar vivências antirracistas em todas as etapas de ensino oferecidas pelo município de São Paulo, sistematizando propostas em todo o ano letivo. Implementar de forma contundente a lei 10.639/03.	Reflexões atuais à luz dos estudos acadêmicos. Relaciona teoria e prática, desvelando conceitos importantes que auxiliam na desconstrução de preconceitos ainda não muito enraizados nas práticas escolares. Foi elaborado com a participação dos educadores que atuam nas escolas municipais.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A análise da documentação supracitada expressa a urgência na elaboração de práticas que colaborem no combate ao racismo no cotidiano escolar, superando conceitos ultrapassados, como a ideia de que crianças pequenas não interpretam e relacionam práticas racistas.

É comum ouvirmos “as crianças não são preconceituosas e nem racistas”, “isso vem de família”, “o preconceito está na cabeça do adulto”, “eu trato todos do mesmo jeito: meninos, meninas, negros, brancos, indígenas e imigrantes”. No entanto, vários estudos demonstram que as crianças percebem as diferenças, sejam elas raciais e/ou de gênero, ainda muito pequenas, porém a interpretação que fazem dessas diferenças, ou seja, se entendem como positivas ou negativas irá depender das informações que recebem dentro e fora do ambiente educacional [...] (São Paulo, 2016, p. 45).

4.1 Práticas antirracistas no contexto da educação infantil

Consideramos que não existe possibilidade de um currículo escolar que desconsidere as crianças como sujeitos, atores sociais que não apenas percebem o racismo, mas são afetados pelas marcas do racismo estrutural. Suas implicações foram elencadas no documento *Currículo da cidade: educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros: versão atualizada*, com destaque para as consequências do racismo para as crianças negras, para as crianças brancas e para a sociedade como um todo. “O racismo e seus derivados no cotidiano escolar deixam marcas, muitas vezes indelévels, para todos que interagem nesse cotidiano” (Brandão, 2006, p. 92 *apud* São Paulo, 2022, p. 214).

A reinvenção das práticas pedagógicas deve assumir o compromisso ético e político de efetivação de vivências antirracistas para a infância, considerando que a educação antirracista é o conjunto de práticas e visão de mundo que se contrapõe às estruturas raciais existentes. Essa visão deve permear toda a dinâmica educacional, desde os momentos de interação e cuidado das crianças, perpassando diferentes linguagens ofertadas no ambiente educativo.

Nesse sentido, o brinquedo e a brincadeira têm extrema importância para o desenvolvimento infantil e precisam ser elementos centrais nas proposições de vivências antirracistas para a educação infantil, porque, por meio desses artefatos, as crianças entram em contato com a cultura africana e afro-brasileira de forma lúdica, favorecendo um processo de aprendizagem significativo para o público da educação infantil.

Sobre esse aspecto o documento *Currículo da cidade: educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros: versão atualizada* traz contribuições importantes:

Valorizar a diversidade racial, oferecer bonecas e bonecos negros, considerar a existência de super-heróis e heroínas são práticas que contribuirão para o aumento de repertório das crianças negras e também das não negras. Importante dizer que apenas a presença desses elementos citados não garantirá práticas pedagógicas antirracistas, uma vez que é necessária a construção de um Projeto Político-Pedagógico comprometido com as práticas antirracistas durante todas as atividades do cotidiano das UEs que atendem os bebês e as crianças (São Paulo, 2022, p. 194).

Contudo, ao focar nas ações sob ótica antirracista, é necessário considerar espaços, brinquedos, materialidades, literatura e narrativas, mas principalmente interações, pois a maior parte dos estudos que problematizaram o racismo na educação infantil demonstram que as ações racistas ocorriam através das relações interpessoais, dos diálogos e até mesmo da distribuição desigual de afeto entre os educandos, resultando em impactos do racismo estrutural na vida de bebês e crianças.

É importante salientar que mesmo durante a primeira infância, bebês negros(as) são discriminados(as) e tratados(as) de forma distinta por seus(as) professores(as). Enquanto meninas brancas recebem afeto e colo, o menino negro, ouve: "pare de chorar". É possível que, durante a relação entre pares, os(as) estudantes também tenham atitudes discriminatórias (São Paulo, 2022, p. 32).

É imprescindível o reconhecimento por parte da escola de tais fatores como integrantes do espaço educativo. Desse modo, a instituição escolar poderá romper com o modelo atual e assumir o compromisso político e pedagógico de desenvolver práticas que contribuam para o desenvolvimento das crianças sob a ótica antirracista, assim como a efetivação da lei 10.639/03 nos currículos da infância. Tal lei pode ser interpretada como uma reparação histórica, contra o que Carneiro (2005) denominou epistemicídio, em sua tese de Doutorado *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* praticado por muitos contra a população negra, com aspectos relacionados à sua cultura, saberes e histórias apagados sistematicamente das narrativas oficiais.

5 CAMINHO METODOLÓGICO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o intuito de compreender os limites e possibilidades de ações antirracistas e o papel da professora frente ao desafio da implementação dessas propostas no cotidiano da educação infantil, analisamos uma prática antirracista realizada no ano de 2023, numa escola infantil do município de São Paulo. Também foram avaliados os principais documentos que subsidiam as práticas pedagógicas para as relações étnico-raciais e a educação antirracista. O método escolhido para a pesquisa foi a abordagem qualitativa, conforme Denzin e Lincoln (2006):

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalística, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas e eles conferem (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17).

A abordagem pela qual optamos foi interessante para documentar a experiência pedagógica intitulada “Um olhar atento para as questões raciais no cotidiano da educação infantil: ‘Será que existem rainhas negras?’” A proposta foi desenvolvida no ano letivo de 2023, em uma escola municipal de educação infantil em São Paulo, mais precisamente no extremo sul da cidade, região periférica do Capão Redondo, a unidade EMEI Anísio Teixeira, que atende o público infantil de 4 a 6 anos e recebe em torno de 480 crianças diariamente.

Para mapear o percurso pedagógico, utilizamos a técnica de análise documental, aferindo as fontes documentais primárias, sendo elas os registros pedagógicos produzidos pela professora, os quais contêm fotografias, conversas, observações das interações infantis e aprendizagens durante o percurso, além de relatos da experiência. Tal como afirmam Lakatos e Marconi (2001 *apud* Riske 2018, p. 12), “a pesquisa documental [...] é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas.

6 COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL: UM OLHAR ATENTO PARA AS QUESTÕES RACIAIS NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nesta seção, apresentamos a prática antirracista “será que existem rainhas negras?” e seus principais desdobramentos, alinhando conceitos discutidos ao longo do artigo, propondo algumas reflexões a partir de cenas retiradas do relato da experiência apresentado na Jornada Pedagógica da Diretoria Regional de Campo Limpo no ano de 2023. O material descrito colabora para a ilustração de todos os aspectos mencionados até aqui e principalmente busca respostas para a questão apontada no objetivo geral: compreender como ações antirracistas corroboram para o enfrentamento do racismo na educação infantil.

Cena 1 – Em uma roda literária em que apresentamos ao grupo a história: “O meu crespo é de rainha “da escritora bell hooks, ao término da leitura, uma das crianças fez a seguinte afirmação:

— **É mentira Prô, está menina não pode ser uma rainha!**

Para compreender melhor a situação, decidimos fazer o levantamento com as crianças: como são as rainhas e princesas que vocês conhecem? Entre a lista de princesas elencadas pelo grupo, havia um perfil único, todas as personagens eram brancas do repertório de personagens da Walt Disney (Helen Fernandes, Relato de experiência, out. 2023).

No trecho, retirado de uma descrição da experiência, é possível observar que, assim como foi mencionado nos trabalhos de Cavalleiro (2012) e Bento (2012b), as falas das crianças revelam que, apesar da pouca idade, já haviam incorporado em seu imaginário as estruturas sociais marcadas pelo racismo, concebendo um único modelo de princesas baseado num viés eurocêntrico de mundo, no qual a figura do branco tornou-se o padrão de beleza e cultura imposto pela sociedade e reforçada constantemente pelas mídias. Como bem argumentou Bento (2012b).

[...] as crianças já haviam internalizado o preconceito em relação ao negro, o sentimento de superioridade do branco e que há uma lacuna que deve ser ocupada pela educação infantil, por meio da criação de oportunidades para que as crianças não construam suas interações pautadas por atitudes discriminatórias (Bento, 2012b, p. 127).

Cena 2 – A partir da cena relatada, percebemos que a situação necessitava de aprofundamento, então começamos a organizar contextos variados para problematizar a questão com as crianças, valendo-nos das diferentes linguagens ofertadas na educação infantil, com a intencionalidade de apresentar ao grupo outras referências. (Helen Fernandes, Relato de experiência, out. 2023).

Destacamos aqui a relevância do trabalho de professoras que estão conscientes do seu papel político e social na luta antirracista, compreendendo que, no ambiente escolar, são as principais mediadoras das relações e aprendizagens infantis, portanto, nesse caso, a escuta sensível e atenta da educadora na interlocução com as crianças foi a mola propulsora da necessidade de elaborar novas ações que contemplassem os interesses de aprendizagens do grupo, “[...] repensarmos as nossas práticas pedagógicas a partir da sensibilidade docente para as opressões estruturais, fundamentalmente o racismo, buscando desenvolver um olhar antirracista de natureza prática” (Pinheiro, 2023, p. 148).

Ao analisar as práticas pedagógicas, é notória a intencionalidade docente em apresentar ao grupo referências positivas sobre o povo negro, desenvolvendo estratégias lúdicas que fossem abordadas por diferentes linguagens, de modo a ampliar o repertório das crianças sobre a cultura africana e afro-brasileira, como propõe a alteração da LDB, por meio da lei 10.639/03.

Essas ações são endossadas no documento *Currículo da cidade: educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros: versão atualizada* (São Paulo, 2022, p. 47), além de contribuírem para com o processo formativo das crianças brancas e negras, compartilhando com as crianças potências e não agruras. Em vez do passado de dor e sofrimento, deve-se semear o imaginário infantil com narrativas que evidenciam os personagens negros no papel de príncipes, princesas, reis, rainhas, heróis e heroínas, para as crianças negras sintam-se orgulhosas do seu pertencimento racial, formando uma imagem positiva de si, a partir de novos modelos identificatórios.

Cena 3 – Ouvir o relato emocionante de uma avó durante a oficina de penteados: — **No meu tempo não existia isso, a valorização do cabelo crespo, eu estou emocionada, porque com a minha neta está sendo diferente** (Helen Fernandes, Relato de experiência, out. 2023).

Na vivência destacada e em outras atividades do percurso pedagógico, observamos a prevalência de ações focadas no cabelo, mais precisamente na sua representação, aqui se revela mais um dos estigmas sociais sobre o povo negro perpetuados na sociedade, comumente reproduzidos no espaço escolar. Observamos, por meio dos relatos, que as crianças já haviam feito uma leitura social e atribuíam significados negativos às características físicas das pessoas negras:

Na escola, não só aprendemos a reproduzir as representações negativas sobre o cabelo crespo e o corpo negro; podemos também aprender a superá-las. Para isso, elas terão que ser consideradas temáticas merecedoras de um lugar em nosso currículo e em nossas discussões pedagógicas” (Gomes, 2002, p. 50).

Subvertendo essa lógica nas ações com as crianças, o corpo negro e o cabelo crespo foram abordados enquanto elementos representativos de beleza e enaltecimento nas práticas pedagógicas das educadoras, ao propor ações, inclusive com a participação das famílias, elas viabilizaram reflexões e aprendizagens significativas que rompem com imagéticas carregadas de preconceitos contra o corpo negro.

Cena 4 – **Eu sou uma princesa africana!** Afirmou Letícia, ao confeccionar uma coroa com massa de modelar. A menina negra que, no início do trabalho, não acreditava na existência de rainhas parecidas com ela (Relato de experiência, out. 2023).

Cena 5 – Observar o Henrique, uma criança branca que costumava expressar comentários preconceituosos durante as leituras com personagens negros, e, atualmente, elege o livro *Amor de cabelo* como um dos seus preferidos para compartilhar com a família através do projeto Parceiros da Leitura. (Relato de experiência, out. 2023).

O percurso pedagógico gerou mudanças e aprendizagens significativas ao grupo de crianças, mas também envolveu as famílias no processo, considerando que a parceria entre escola e família é fundamental para a formação de novos conceitos e atitudes, em que as crianças sejam educadas para as relações étnico-raciais, para o convívio que respeite, valorize e celebre a diversidade! Como afirma Pinheiro (2023, p. 125), “é importante viver a diversidade em todas as instâncias da vida, entendendo que é só convivendo com a pluralidade que efetivamente cresceremos com ela”.

Todas as ações foram trabalhadas ao longo do ano letivo, no cotidiano da escola da infância, considerando as características e especificidade das crianças e as diferentes linguagens do currículo na educação infantil, sistematizando a cultura africana e afro-brasileira ao longo do ano letivo para incluir as proposições da lei 10.639/03 e as orientações expressas no *Currículo da cidade: educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros: versão atualizada*:

No entanto, é fundamental a compreensão de que a educação para as relações étnico-raciais e as práticas antirracistas devem estar presentes de janeiro a janeiro, no planejamento e vivências de educadores(as), desde a Educação Infantil ao Ensino Médio (São Paulo, 2022, p. 87).

Rompendo com a ideia da “pedagogia do evento”, termo que Bakke (2011, p. 86) utilizou para definir o desenvolvimento de atividades pedagógicas relacionadas a um tema específico, porém não articulados nas propostas curriculares, com abordagens apenas esporádicas. Os dados expostos pela pesquisa do Geledés e Alana sobre a implementação da lei 10.639/03 mostram que a maioria das escolas tratam a temática pontualmente ou apenas no mês de novembro, pois o dia 20 de novembro é festejado como Dia da Consciência Negra, em homenagem ao herói nacional Zumbi dos Palmares.

A maioria das secretarias afirma que as escolas da rede incorporaram a temática em seus PPPs. Entretanto, 69% declararam que a maioria ou boa parte das escolas realiza atividades apenas em novembro, durante o mês ou semana do Dia da Consciência Negra (Soares; Carneiro; Portella, p. 64 *apud* Ferreira, 2023, p. 5).

Os resultados da análise da ação pedagógica demonstram que as práticas desenvolvidas dialogam com o conceito de educação antirracista expresso no documento *Currículo da cidade: educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros: versão atualizada* (São Paulo, 2022, p. 48) que afirma “Não devemos negligenciar fatos históricos, entretanto, focar exclusivamente em agruras contribui ainda mais para a perpetuação do racismo”. Pinheiro (2023) reforça a ideia de que a educação antirracista na primeira infância não deve ser pautada

pelo racismo, mas pelo reforço positivo do povo negro. “[...] Formar nossas crianças a partir de uma lógica do reforço positivo, do que a nossa ancestralidade africana nos informa [...]” (Pinheiro, 2023, p. 59).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, podemos concluir que existem alguns passos na construção de uma educação antirracista para a infância:

- a) reconhecimento do racismo como eixo estruturante do ambiente escolar;
- b) sistematização de propostas ao longo do ano letivo;
- c) ações que envolvam toda a comunidade escolar;
- d) elemento lúdico como essencial na elaboração de propostas para a educação infantil.

É imperativo reconhecer que o racismo permeia as relações sociais e se revelam nas ações pedagógicas, é o primeiro passo para a escola rever ações cotidianas, tornando possível educar as crianças desde a mais tenra idade para as relações étnico-raciais numa perspectiva de valorização e combate ao racismo no ambiente escolar.

Uma escola da infância que se propõe antirracista precisa romper com a pedagogia do evento e expressar essa intenção em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), considerando o cotidiano vivido na unidade escolar, deixando esse marcador presente nas relações estabelecidas e principalmente nas propostas desenvolvidas pelas educadoras diariamente, que não se podem limitar a ações pontuais em eventos ou despertarem preocupação somente quando uma situação de racismo vem à tona.

Nesse sentido, as ações pedagógicas têm papel fundamental no combate ao racismo, na construção positiva da identidade das crianças negras, no estabelecimento de relações interpessoais pautadas no respeito, na valorização da diversidade racial, consolidando a relação entre escola, família e comunidade a educação antirracista, tão necessária para sistematização de propostas que sejam desenvolvidas por todos os atores sociais envolvidos na dinâmica escolar, para que as práticas pedagógicas sejam sementes potentes para a transformação da sociedade que esperamos!

Contudo ainda não se esgotaram as múltiplas facetas pelas quais as ações pedagógicas numa perspectiva antirracista podem ser investigadas, sendo necessário o aprofundamento das lacunas deixadas por esta pesquisa, como abordar análises que destaquem as vozes infantis no processo ensino-aprendizagem sobre as vivências antirracistas.

REFERÊNCIAS

- BAKKE, Rachel Rua Baptista. **Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI:10.11606/T.8.2011.tde-31052012-160806. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-31052012-160806/publico/2011_RachelRuaBaptistaBakke_VOrig.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.
- BARROS, Tainara Batista; SOUZA, Rita de Cássia de; EUCLIDES, Maria Simone. O estado da arte das pesquisas sobre antirracismo na Educação Infantil (2013-2021). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.19403.047>. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/praxeduc/v17/1809-4309-praxeduc-17-e19403.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012a. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.
- BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). A identidade racial em crianças pequenas. *In*: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012b. p. 98-117. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27832-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996&totalArquivos=289>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alterar%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.**

Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 6.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-160.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonnas S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Bookman, 2006.

DIAS, Lucimar. Formação de professores para a igualdade étnico -racial na educação infantil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais.** São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012. p. 177-191. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

FERREIRA, Dayana da Silva. Estado atual da educação para as relações étnico-raciais no Brasil. **Revista nuestrAmérica**, Concepción (Chile), n. 22, p. 1-8, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.5281/zenodo.8434160>. Disponível em:

<https://nuestramerica.cl/ojs/index.php/nuestramerica/article/view/e8434160/pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA; INSTITUTO ALANA. **Lei 10.639/03 na prática: experiências de seis municípios no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.** São Paulo: Instituto Alana, 2023. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Lei1063903_acessivel.pdf. Acesso em: 10 abr.2024.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./ jun. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, set./dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrXrHf5nTC7r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene de. Apresentação. *In*: GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene de (org.). **Infâncias negras**: vivências e lutas por uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2023. p. 15-24.

LIMA, Mariana. O que é epistemicídio? **Politize**, [s. l.], 2 set. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-epistemicidio/>. Acesso em: 14 maio 2024.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. *In*: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 15-20. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Educação cidadã é primordial para enfrentar racismo, diz Kabengele Munanga. [Entrevista cedida a Priscila Camazano da Folha de São Paulo]. **Portal Geledés**, São Paulo, 27 fev. 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/educacao-cidada-e-primordial-para-enfrentar-racismo-diz-kabengele-munanga/>. Acesso em: 13 maio 2024.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Dennis de. O racismo é, sim, estrutural. **Dandara Editora**, São Paulo, 21 mar. 2023. Disponível em: <https://dandaraeditora.com.br/2023/03/21/o-racismo-e-sim-estrutural/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PINHONI, Marina. Mãe denuncia caso de racismo contra filho de 3 anos fantasiado de macaco em escola municipal de SP. **Portal Geledés**, São Paulo, 5 jun. 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mae-denuncia-caso-de-racismo-contra-filho-de-3-anos-fantasiado-de-macaco-em-escola-municipal-de-sp/>. Acesso em: 13 maio. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RISKE, Cristiane Gonçalves Lopes. **Modelo estrutural organizacional**: um olhar sobre a Universidade Aberta do Brasil. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em:

<https://portal.ifba.edu.br/salvador/ensino/cursos/superior/graduacao/administracao/monografias/2018.1/cristiane-goncalves-lopes-riske.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. *In*: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012. p. 11-46. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da cidade**: educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros: versão atualizada. São Paulo: SME / COPED, 2022. Disponível em:

<https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-educacao-antirracista-orientacoes-pedagogicas-povos-afro-brasileiros/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Divisão de Orientação Técnica. **Indicadores de qualidade da educação infantil paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/indicadores-de-qualidade-da-educacao-infantil-paulistana-versao-final/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

DUARTE, Carolina. A abordagem da temática étnico-racial na educação infantil: o que nos revela a prática pedagógica de uma professora. *In*: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012. p. 138-161. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

TREVO, figuinha e suor na camisa. Intérpretes: Emicida e Ivete Sangalo. Compositores: Emicida e Nave Beatz. *In*: TREVO, figuinha e suor na camisa. Intérpretes: Emicida e Ivete Sangalo. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2020. 1 Streaming, faixa 1.